

ACTA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE 20 DE ABRIL DE 2009

Nº 1/2009

PRESIDENTE: Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves.

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Gonçalves, Vice – Presidente, Vitor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida, Elsa Maria de Carvalho Soares Peres Correia, Mário Francisco Cancela Mesquita Montes.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Vereadora Andreia Catilina Soares Coutinho Simões, e Maria José Fernandes Lacerda.

SECRETARIOU: José Daniel Meireles Almeida Lopes, Chefe da Divisão Administrativa e Gestão do Pessoal.

HORA DE ABERTURA: 10 horas.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM)

92 – Foi presente para discussão e aprovação a proposta da Câmara Municipal relativa à Revisão do Plano Director Municipal (PDM).

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

Mais deliberou enviar o documento para aprovação á Assembleia Municipal.

Foram presentes as seguintes declarações de voto:

Declaração de voto dos Vereadores do PS.

Quando em 1998 o Partido Socialista assumiu a presidência do Município do Peso da Régua verificou que o Plano Director Municipal necessitava de ser revisto por entre outras, duas razões fundamentais:

- 1 – Corrigir erros e lacunas do PDM em vigor;
- 2 – Fomentar e incentivar um Projecto de Desenvolvimento Sustentado para o Concelho.

Assim em 28 de Julho de 1998 a Câmara Municipal do Peso da Régua aprovou por unanimidade a proposta apresentada pelo seu Presidente em que se fundamentava o pedido de revisão do PDM.

Conforme se dizia nessa proposta pretendia-se que “ o Concelho do Peso da Régua fosse dotado de um instrumento regulador do ordenamento do território que lhe permita o desenvolvimento a que os reguenses aspiram e as necessidades actuais exigem”.

Por despacho governamental publicado no Diário da República de 04/11/98 (IIª série) foi constituída a Comissão Técnica de Acompanhamento que só ficou concluída em finais de Fevereiro de 1999.

Iniciamos o processo de revisão, contratamos a equipa técnica, acompanhamos os procedimentos até finais de 2005. Dez anos volvidos parece que o calvário da revisão do PDM está a chegar ao fim. E acaba no tempo médio que, infelizmente, se demora a elaborar ou rever um documento dessa espécie.

Porque temos confiança na capacidade e competência profissionais da equipa técnica que então se escolheu para elaborar a revisão do PDM e porque pensamos que os objectivos pretendidos estão plasmados no documento agora concluído, votamos a favor e congratulamo-nos com essa aprovação.

O irrealismo demagógico de quem, na oposição, dizia que a demora da revisão do PDM era culpa do executivo de então é proporcional ao irrealismo da legislação nacional de planeamento.

Conforme reconhecia em 2005 a Drª Sofia Galvão (Secretária de Estado do anterior Governo e perita nestas matérias)” não se compreende que em média, um PDM demore nove a dez anos a ser elaborado ou revisto “ e que “ era importante agilizar os procedimentos em matéria de planeamento, porque o tempo envolvido é absolutamente incompreensível”.

Ainda bem que o actual Governo tem legislado no sentido de aligeirar os procedimentos do planeamento. Mas muito, muito mais há ainda a fazer nesta matéria.

Declaração de voto dos Vereadores do PSD:

Sempre afirmamos que o Planeamento e Ordenamento do Território associados a modelos de Estratégia Sectorial, são pilares de excepcional importância para a construção sustentável da evolução do nosso Concelho, conceito que estamos a adoptar, ao assumirmos um rumo que o leve a conquistar o desenvolvimento e um protagonismo que já deteve a nível Regional, desenvolvimento e protagonismo que a Região necessita e reclama presentemente.

Conhecemos bem o caminho que definimos e que já estamos a trilhar desde o início do presente mandato autárquico, e não temos duvidas que a Revisão do nosso Plano Director Municipal, é, no domínio do Planeamento um documento estratégico que conforma superiormente os movimentos evolutivos do nosso Concelho.

Por tais factos, o actual executivo colocou no processo de Revisão do PDM o máximo empenho, dedicação e atenção, consciente que estava, que de há muito e unanimemente, se considerava a necessidade e a grande importância de produzir um documento que sucedesse ao actual PDM, que objectivamente padece de um conjunto de insuficiências, normalmente

evidenciadas numa quase generalizada realidade dos Planos Directores Municipais de primeira geração.

Referindo-nos agora aos factos e evidências do próprio processo de Revisão do PDM do Peso da Régua, não podemos deixar de afirmar que é absolutamente penoso para o nosso Concelho, pela importância das razões entretanto aduzidas, que este processo tenha tido o seu início, já há mais de onze anos.

É absurdo pensar, que o processo de Revisão Extraordinária do nosso PDM, tenha acabado por demorar mais tempo do que o seu período normal de vigência, ou seja, dez anos, onde os grandes prejudicados foram o Concelho com os seus Municípios, mas também a Região que entretanto assistiu a um definhamento da afirmação de Peso da Régua.

Não podemos neste momento deixar de afirmar, que existem factores que são responsáveis pelo atraso inaceitável a que acabamos por ficar sujeitos:

- Desde logo a ineficácia dos Organismos da Administração Central, com a teia burocrática que acabam por montar em torno dos processos de planeamento, ineficácia que o actual executivo experimentou e contra a qual se bateu de forma insistente e firme;

- Depois a evolução legislativa ao mais diverso nível que obrigou também o actual executivo, a troco apenas de se cumprirem estatísticas perante um incumprimento da Administração Central em relação à União Europeia, a parar o processo de Revisão do PDM que se encontrava tecnicamente concluído em Julho de 2007 e processualmente na sua fase final em Setembro do mesmo ano, para lhe introduzir a Avaliação Ambiental Estratégica, procedimento que não trouxe qualquer alteração que não fosse o atraso de cerca de um ano e meio;

- Por fim, o deficiente desempenho dos anteriores executivos Socialistas, que por não possuírem uma visão larga, nomeadamente no que respeita ao Planeamento e à Estratégia, deixaram que este processo de Revisão que iniciou no seu primeiro mandato em 1998, se arrastasse penosamente até ao limite do seu segundo em finais de 2005, deixando-o ao actual executivo numa fase muito primária, sem ter realizado um único documento do extenso rol que o acompanha e é fundamental para a sua construção. Esta é sem dúvida uma imagem nítida na área do Planeamento e de Estratégia, que reflecte o global desempenho Socialista Local e o estado generalizado de paralisação em que nos foi legado o nosso Concelho quando assumimos a responsabilidade da sua governação.

Em função da informação e da transparência da gestão autárquica que devemos claramente assumir para com os nossos municípios, será importante agora resumidamente fazer a história da evolução deste processo para que a culpa não morra solteira.

Tendo o processo sido iniciado conforme já referido em Março de 1998, foi apenas um ano depois realizada a primeira reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento, ou seja em Março de 1999, tendo a sua última reunião sido realizada em Novembro de 2008. De realçar que esta Comissão reuniu nove vezes, quatro durante os oito anos de gestão Socialista, ou seja, a uma média de uma reunião de dois em dois anos, tendo com o actual executivo reunido cinco vezes, quatro das quais durante o ano de 2007 e a última em Novembro de 2008, após o interregno forçado, para a realização da referida Avaliação Ambiental Estratégica que só serviu

para atrasar. Perante este primeiro dado poderemos atestar bem da diferença de dinâmicas aplicadas entre o actual executivo e o anterior executivo Socialista.

É necessário explicar ainda, que o trabalho para a revisão do PDM, não se resume ao documento que agora foi transformado em proposta para aprovação pela Assembleia Municipal. Por detrás deste processo esconde-se um vasto conjunto de documentos que obrigou a uma grande actividade desenvolvida pelo actual executivo, para lançar, realizar e/ou concluir os diversos procedimentos, uma vez que, como já referido, os anteriores executivos Socialistas não os tiveram em conta, tal como necessitava o processo de Revisão do PDM.

São como exemplos mais relevantes, os seguintes documentos em que tivemos de nos empenhar profundamente, tendo em vista a sua qualidade e obtenção no mais curto espaço de tempo:

- Carta Arqueológica;
- Carta do Património Arquitectónico;
- Carta Educativa;
- Mapa de Ruído;
- Actualização do Mapa de Ruído (em função de nova legislação);
- Carta da Estrutura Ecológica Municipal;
- Avaliação Ambiental Estratégica;
- Redelimitação da Reserva Agrícola Nacional;
- Redelimitação da Reserva Ecológica Nacional;

Salientamos, que a redelimitação da Reserva Agrícola Nacional e a redelimitação da Reserva Ecológica Nacional, obrigaram a procedimentos autónomos na sua aprovação pelas respectivas Comissões que as superintendem, completamente à margem do processo de conformação da revisão do PDM.

De referir ainda por fim, o processo de discussão pública recentemente concluído, que se divulgou exaustivamente apelando à participação, onde disponibilizamos aos munícipes um serviço suplementar de acompanhamento e esclarecimento por parte dos Serviços do Município, culminando com a realização de um Relatório de Análise e Ponderação das participações recebidas.

Após muitas sessões de trabalho, chegados ao ponto em que nos encontramos, tendo em conta o ponto de partida e todas as vicissitudes que atravessamos no seu percurso, pela nossa parte, votamos favoravelmente a proposta de Revisão do Plano Director Municipal, com a consciência que produzimos um documento fundamental para o desenvolvimento e afirmação do nosso Concelho, e que tudo fizemos para que o seu conteúdo seja o mais adequado para atingir esses fins, e ficasse concluído no mais curto espaço de tempo possível.

A minuta da acta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião eram doze horas, da qual se lavrou a presente acta que foi por mim subscrita e vai ser devidamente assinada.